



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O IPSM (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - IPSM), reestruturado através da Lei Municipal nº 2.582/2019, se destina a assegurar aos servidores do Município de Ouro Preto do Oeste e a seus dependentes, na conformidade da lei supracitada os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, conforme regência desta autarquia. Assim, o presente termo de referência visa subsidiar a contratação por meio do sistema licitatório, pregão eletrônico, de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de perícia médica por demanda, que se faz necessária em virtude da concessão dos benefícios previdenciários de responsabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - IPSM.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada em serviços de perícias médicas (Avaliação, Reavaliação e acompanhamento judicial), e homologação dos programas necessários para a concessão de Aposentadoria Especial, para atuação na Autarquia Previdenciária - IPSM - em atendimento aos objetivos da Lei nº 2.582/2019 e demais regulamentações aplicadas à matéria previdenciária municipal pelo prazo de 12 (doze) meses;

2.2. A empresa deverá dispor de no mínimo três profissionais médicos para a realização dos serviços, sendo que um deles deverá ter comprovada especialização/pós graduação na área de Perícias Médicas e/ou Medicina do Trabalho, para avaliar e reavaliar os segurados deste Instituto de Previdência para a concessão, prorrogação ou suspensão dos Benefícios Previdenciários e/ou perícias Judiciais, e homologação dos programas necessários para a concessão de Aposentadoria Especial, nos termos da Súmula Vinculante nº 33/2014, sendo: LTCAT, PPP, PPRA e PCMS.

2.3. Efetuar a perícia médica, emitir e firmar laudos tanto para concessão, prorrogação ou suspensão dos Benefícios Previdenciários, sendo a aposentadoria por incapacidade laborativa (invalidez), conforme entendimento do Médico Perito ou Equipe Médica, observando a particularidade de cada caso e o que dispõe legislação pertinente a matéria previdenciária, devendo para a realização das perícias atender aos seguintes requisitos.

2.4. Realizar a avaliação e emissão de laudo médico pericial, dos servidores que estejam em auxílio-doença pela prefeitura municipal de Ouro Preto do Oeste/RO, encaminhados para o IPSM para a concessão da aposentadoria por incapacidade laborativa (invalidez), emitida pela junta médica do município, devidamente, inscrito no CRM, sendo que pelo menos um deles deverá ser especialista/pós graduado na área de Perícias Médicas e/ou Medicina do Trabalho, para

concessão dos benefícios previdenciários - Aposentadorias por Incapacidade Laborativa (Invalidez), nos termos da legislação vigente:

2.5. Realizar a reavaliação e emissão de laudo médico pericial, inscritos no CRM, sendo que pelo menos um deles deverá ser especialista/pós graduado na área de Perícias Médicas e/ou Medicina do Trabalho, para manutenção ou suspensão dos benefícios previdenciários- Aposentadorias por Incapacidade Laborativa (Invalidez) concedido pelo IPSM, nos termos da legislação vigente:

2.6. Efetuar a homologação dos programas necessários para a concessão de Aposentadoria Especial, nos termos da Súmula Vinculante nº 33/2014, sendo: LTCAT, PPP, PPRA e PCMS, quando o servidor apresentar todos os documentos ao RPPS, para concessão ou não da Aposentadoria Especial. A referida homologação deverá ser realizada por profissional médico, inscritos no CRM, com especialização/pós graduação na área Medicina do Trabalho.

2.7. Realizar por no mínimo 01 (um) médico do trabalho o **enquadramento do requerimento de aposentadoria de compensação previdenciária**, quando decorrente de aposentadoria por invalidez, no sistema COMPREV;

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - IPSM, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos previdenciários dos servidores públicos municipais, garantindo seu acesso a benefícios essenciais. A necessidade de perícia médica para o IPSM é justificada por vários motivos fundamentais para a correta administração dos benefícios previdenciários. Sendo indispensável para a avaliação criteriosa das condições de saúde dos segurados. Apenas através de uma perícia técnica é possível determinar com precisão se o segurado atende aos critérios para a concessão de benefícios, como aposentadoria por invalidez. Além disso, a perícia médica contribui para evitar a concessão indevida de benefícios, garantindo que apenas os segurados que realmente necessitam recebam apoio financeiro. Isso protege o erário público e assegura a sustentabilidade do sistema previdenciário. Neste diapasão, um laudo pericial bem elaborado reduz a possibilidade de disputas judiciais, pois oferece uma base técnica sólida para as decisões do Instituto de Previdência. Isso diminui os custos com litígios e assegura a credibilidade da instituição.

A legislação previdenciária brasileira e municipal ainda exige que certos benefícios sejam concedidos com base em avaliações médicas especializadas. A perícia médica, portanto, é uma obrigação legal que o Instituto de Previdência deve cumprir para assegurar que os procedimentos sejam realizados dentro das normas.

3.2. Considerando a Lei municipal nº 2.582/2019, que estabelece sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ouro Preto do Oeste e da outras providências, que dispõe em seu art. 12, inciso I, alíneas a e b:

Art. 12 - Os servidores abrangidos pelo regime do IPSM serão aposentados:

I - por incapacidade permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço,

moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14:

a) a incapacidade será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do IPSM e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado ao I.P.S.M, na data de sua posse já era portador não lhe conferirá direito à Aposentadorias por Incapacidade Laborativa (Invalidez), salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

3.2.1 Considerando ainda, do art. 12, inciso III, alínea b, § 10, que dispõe:

§ 10 O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo, e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do IPSM, a realizarem-se a cada dois anos.

Ao se analisar o Plano de Cargo, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do IPSM, constata-se que não consta a existência de cargo de médico perito ou qualquer outro profissional da área da saúde que possa realizar as perícias e emitir os laudos especificados.

Tendo em vista esta realidade, surge a necessidade da contratação, com o objetivo de cumprir a legislação municipal e federal no que toca à realização de perícias pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - IPSM.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
01	PERÍCIA MÉDICA a ser realizada por JUNTA MÉDICA, que contemple no mínimo 01 (um) médico ortopedista e 01 (um) clínico geral para reavaliação periódica das Aposentadoria por Incapacidade Laborativa (Invalidez) , concedidas de acordo com a legislação vigente, opinando pela manutenção ou reversão da mesma;	UN	90
02	PERÍCIA MÉDICA a ser realizada por JUNTA MÉDICA, que contemple no mínimo 01 (um) médico ortopedista e 01 (um) clínico geral para proceder a avaliação de Aposentadoria por Incapacidade Laborativa (Invalidez) , a serem concedidas de acordo com a legislação vigente, com emissão de laudo conclusivo para a concessão ou não do benefício.	UN	40
03	Contratação de empresa especializada em perícias médicas, para acompanhamento de Perícias Judiciais .	UN	10
04	Contratação de empresa especializada em medicina, para ser vinculado ao SISTEMA COMPREV com a finalidade de análise dos processos a pedido de compensação, quando decorrente de aposentadoria por Incapacidade Laborativa por (invalidez), no sistema COMPREV ;	UN	20
05	Contratação de empresa especializa em medicina do trabalho para realização de homologação dos programas necessários para a concessão de Aposentadoria Especial,	UN	10

	nos termos da Súmula Vinculante nº 33/2014, sendo: LTCAT, PPP, PPRA e PCMS.		
06	PERÍCIA MÉDICA a ser realizada por no mínimo 01 (um) médico do trabalho para realizar a análise do Perfil Profissiográfico Previdenciário PPP e LTCAT, verificando o preenchimento dos requisitos para a conversão de tempo especial em comum ;	UN	10

5. DA LICITAÇÃO

5.1. A contratação será procedida por meio de licitação, pela modalidade *Pregão Eletrônico*, fundamentada no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos administrativos, para a contratação de serviços em geral.

5.2. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório é justificada pela celeridade em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para a Administração, em razão da probabilidade de os licitantes reduzirem preços durante a disputa licitatória, conforme inciso VIII, art. 18, da Lei nº 14.133/21.

5.3. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de *MENOR PREÇO GLOBAL*, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.

6. ESTIMATIVA DE CONSUMO

6.1. A estimativa da perícias foi baseada na quantidade de servidores aposentados por incapacidade laborativa, e na quantidade de análise dos processo de compensação previdenciária, solicitados via COMPREV.

6.2. As quantidades e especificações do objeto estão descritas no item 4 deste Instrumento.

7. ESTIMATIVA DE VALOR

7.1. Os valores dos serviços estão baseados em pesquisas de preços realizada pela Diretoria de Administração. A estimativa foi calculada por meio dos valores unitários concedidos pelos fornecedores, como também por valores alcançados em compras públicas.

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

8. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

8.1 Os serviços aqui solicitados deverão ser realizados, no município de Ouro Preto do Oeste - RO, em instalações físicas, com pessoal e material próprios do contratado, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a Autarquia;

8.2. Os serviços elencados no item 4, deverão ser realizado na forma online, tendo em vista a utilização do sistema COMPREV, que já apresenta ferramenta de acesso exclusivamente em plataforma virtual. Nos demais casos, o material para proceder a análise documental para emissão de laudos poderá ser tramitado via sistema DIGIPROC, num ambiente controlado e seguro.

8.3. A contratada se responsabilizará com pessoal e material, inclusive acesso a internet e equipamento de informática, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os eventuais

encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a Autarquia;

8.4. A Contratada deverá agendar o serviço requisitado para no máximo 07 (sete) dias corridos;

8.5. Os serviços serão prestados por demanda, conforme solicitação expressa do IPSM, devidamente assinada e encaminhada por sistema DIGIPROC, e-mail, WhatsApp ou de forma física, na qual constará o serviço a ser realizado;

8.6. Após a realização das perícias agendadas a contratada deverá remeter ao IPSM os Laudos devidamente assinados em até 02 (dois) dias úteis;

8.7 É vedado a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes dos serviços prestados;

8.8. O IPSM reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelo contratado;

8.9. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

8.10. Na data agendada para a prestação dos serviços a serem realizados na sede do município de Ouro Preto do Oeste, um servidor do IPSM encaminhará os processos e demais documentações necessárias à subsidiar os trabalhos dos peritos;

9. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. Este termo de referência e seus anexos estão vinculados ao contrato (ou equivalente), como também a proposta do licitante vencedor.

9.2. O contrato (ou equivalente) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, cada parte respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (ou equivalente), e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.5. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (ou equivalente).

9.6. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente.

9.7. Os serviços serão prestados a contar homologação da Ata de Registro de Preço e da emissão de nota de empenho, e perdurará pelo período de 12 (doze) meses, nos horários acordados junto à Autarquia, respeitadas as exigências deste Edital;

9.8 Os serviços, objeto do presente instrumento, somente serão prestados a segurados, mediante autorização expressa do IPSM;

9.9. As perícias médicas ou homologação dos programas anteriormente citados serão agendados com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

9.10. Os serviços serão realizadas de acordo com as necessidades descritas no item 04 do

presente Termo de Referência, cabendo ao IPSM informar a Contratada qual a situação de cada processo a ser encaminhado com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

10. DA GARANTIA

10.1 - Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

10.2 - Contratar uma empresa especializada em serviços de avaliação médica para a administração pública pode trazer vários benefícios como:

- * Eficiência: Profissionais qualificados podem agilizar o processo de avaliação médica, reduzindo o tempo de espera para funcionários e garantindo resposta rápida para a administração.
- * Precisão: Especialista podem realizar avaliações médicas detalhadas e precisas, garantindo que as decisões sobre aposentadoria por invalidez e readaptação seja baseada em informações médicas sólidas.
- * Legalidade: Ao contratar uma empresa especializada, a administração pública pode garantir que os processos de avaliação médica estejam em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes, reduzindo o risco de litígios ou contestações legais.

10.3 - Cumprimento eficiente de prazos, assegurando a regularidade e pontualidade nas obrigações em que o Município estiver envolvido.

10.4 Os médicos peritos ficarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos que porventura sejam requeridos pelo IPSM. A fiscalização será efetuada pela superintendente, que acompanhará a execução dos serviços;

10.5 A existência da fiscalização do IPSM, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade dos médicos a serem contratados, na prestação dos serviços a serem executados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A empresa deverá dispor de no mínimo três profissionais médicos para a realização dos serviços, sendo que um deles deverá ter comprovada especialização/pós graduação na área de Perícias Médicas e/ou Medicina do Trabalho, para homologação dos programas necessários para a concessão de Aposentadoria Especial, nos termos da Súmula Vinculante nº 33/2014, sendo: LTCAT, PPP, PPRA e PCM.

11.2 - Efetuar a perícia médica, emitir e firmar laudos tanto para concessão, prorrogação ou suspensão dos Benefícios Previdenciários, sendo a aposentadoria por invalidez, conforme entendimento do Médico Perito ou Equipe Médica, observando a particularidade de cada caso e o que dispõe legislação pertinente a matéria previdenciária, devendo para a realização das perícias atender aos seguintes requisitos.

11.2.1 - Realizar a avaliação e emissão de laudo médico pericial, dos servidores que estejam em auxílio-doença pela prefeitura municipal de Ouro Preto do Oeste, encaminhados para o IPSM para concessão da aposentadoria por invalidez, emitida pela junta médica do município, devidamente atestado por no mínimo 02 (dois) médicos, inscritos no CRM, sendo que pelo menos um deles

deverá ser especialização/pós graduado na área de Perícias Médicas e/ou Medicina do Trabalho, para concessão dos benefícios previdenciários - Aposentadorias por Incapacidade Laborativa (Invalidez), nos termos da legislação vigente:

11.2.2 - Realizar a reavaliação e emissão de laudo médico pericial, devidamente atestado por no mínimo 02 (dois) médicos, inscritos no CRM, sendo que pelo menos um deles deverá ser especializado/pós graduado na área de Perícias Médicas e/ou Medicina do Trabalho, para manutenção ou suspensão dos benefícios previdenciários- Aposentadorias por Incapacidade Laborativa (Invalidez) concedido pelo Instituto de Previdência de Cacaúlândia, nos termos da legislação vigente:

11.2.3 - Dispor de no mínimo um Médico para acompanhamento de Perícias Judiciais, caso houver. Nesta hipótese os médicos designados para acompanhar as perícias judiciais não poderão ter participado da perícia que resultou em processo judicial.

11.2.4 - Efetuar a homologação dos programas necessários para a concessão de Aposentadoria Especial, nos termos da Súmula Vinculante nº 33/2014, sendo: LTCAT, PPP, PPRA e PCMS, quando o servidor apresentar todos os documentos ao RPPS, para concessão ou não da Aposentadoria Especial. A referida homologação deverá ser realizada por profissional médico, inscritos no CRM, com especialização/pós graduação na área Medicina do Trabalho.

11.2.5 - Realizar a indicação de 1 (um) médico para ser vinculado ao SISTEMA COMPREV com a finalidade de análise dos processos de invalidez enviados ao COMPREV a pedido de compensação.

11.3. Os serviços serão prestados após a assinatura do contrato e da emissão de nota de empenho, e perdurará pelo período de 12 (doze) meses, nos horários acordados junto à Autarquia, respeitadas as exigências deste Edital;

11.4. Os serviços, objeto do presente instrumento, somente serão prestados a segurados, mediante autorização expressa da Superintendente do IPSM;

11.5. As perícias médicas ou homologação dos programas anteriormente citados serão agendados com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

11.6. As perícias médicas deverão ser realizadas no município de Ouro Preto do Oeste.

11.7. A contratada deverá além das responsabilidades resultantes da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações:

11.8. Apresentar ao IPSM, um relatório ou recibo referente aos serviços prestados e terminados, juntamente com o laudo pericial, elaborado por Médico Perito ou Equipe Médica;

11.9. Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a emissão de nota de empenho;

11.10. Realizar por seus próprios meios, todos os procedimentos e gestões necessárias ao cumprimento do objeto a ser contratado;

11.11. Prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações e condições, qualidade, preços e prazos ofertados na proposta apresentada;

11.12. Emitir laudo pericial em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) para o servidor, 01 (uma) para arquivo e controle do médico e 01 (uma) deverá ser encaminhada para a Instituto de Previdência, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da realização da avaliação do servidor;

11.13. Manter a Regularidade da Contratada junto ao CRM/RO (Conselho Regional de Medicina de Rondônia);

11.14. Manter a Regularidade da Contratada junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de

Saúde (CNES);

11.15 Prestar pronto atendimento na execução dos serviços dentro das especificações e/ou condições previstas e supervisionadas pelo fiscal, comunicando ao IPC por escrito, qualquer anormalidade nos serviços bem como prestar os esclarecimentos julgados necessários;

11.16- Possibilitar as condições necessárias à fiscalização de todos os serviços contratados;

11.17 Guardar sigilo quanto aos dados e informações que lhe forem fornecidos e que sejam necessários ao desempenho das atividades previstas;

11.18 Realizar ações que assegurem a qualidade da atenção e boas práticas em saúde para garantir a segurança aos servidores, com redução de incidentes desnecessários e evitáveis, além de atos inseguros relacionados ao cuidado;

11.19 Manter o ambiente de atendimento com arquitetura inclusiva e com acessibilidade, seguindo as normas e legislações vigentes;

11.20. Manter-se durante toda a execução dos serviços a ser celebrado, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.21 Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal referente aos serviços a serem contratados;

11.22 A contratação não gerará nenhum vínculo empregatício perante a Contratada e seus profissionais contratados.

11.23 Garantir a segurança e idoneidade das avaliações. As avaliações quantitativas que apresentarem resultados 100% acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do técnico responsável pelo laudo, durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro empregado para servir de apoio ao monitoramento;

11.24 Prestar esclarecimentos e desempenhar atividades, mesmo que não especificadas no presente termo de referência, que sejam necessárias ao bom andamento da confecção e desenvolvimento dos trabalhos previstos neste termo;

11.25 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.26 A contratada será responsável pelos riscos e despesas de mão de obra, necessária à boa e perfeita entrega dos serviços;

11.27 Responsabiliza-se também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros;

11.28 Indicar e-mail e telefone oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;

11.29 Comunicar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam mesmo temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o termo de referência e seus anexos.

12.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa prestar os serviços dentro das especificações exigidas neste termo de referência.

12.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor(es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

12.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

12.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

12.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste termo de referência.

12.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

12.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de referência.

12.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1 Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto da contratação;

7.2 Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto;

7.3 O IPSM pagará à contratada pelos serviços prestados e terminados através de laudo, por cada Perícia realizada, até 30 (trinta) dias da emissão da Nota fiscal.

13. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal,

13.4. As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estar em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no art. 68, da Lei 14.133/2021.

13.5. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

13.6. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

13.7. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega dos materiais e equipamento, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

13.8 Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

13.9. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.10. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se os materiais e equipamento entregues não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

13.11. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

13.12. Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

13.13. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

13.17. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

13.18. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Presente Termo de Referência, nos termos na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

13.14. No caso de a Contratada não ser obrigada à retenção, ela deverá comprovar esta condição;

14. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

14.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica;

14.2 A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário) e por lote (soma dos valores totais de todos os itens), deverão ser compatíveis com o termo de referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

14.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste termo e seus anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste termo de referência.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

15.2. Habilitação Jurídica

15.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

15.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Cartão de CNPJ Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral com a previsão de atividades;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;

15.4. Qualificação Econômico-Financeira

15.4.1 A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente. A certidão que não trouxer expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

15.5 - A contratada deverá apresentar cópias de documentos pessoais dos Profissionais que serão designados para realização das perícias, bem como comprovante de especialidade de acordo com objeto, descrito no item 2;

15.6 - Apresentar Comprovação da inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina, bem como dos profissionais técnicos responsáveis pela elaboração dos laudos e perícias.

16. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

16.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente termo de referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

16.2 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar desclassificação da empresa.

16.3 Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos arts. 62 ao 70, da Lei 14.133/2021.

16.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- e) Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021;
- f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara);
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

16.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

16.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

16.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

17. PENALIDADES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;

- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame, execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do item 17.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do item 17.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

17.4. A sanção prevista na alínea a do item 17.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 17.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5. A sanção estabelecida na alínea c do item 17.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral.

17.6. As sanções previstas nas alíneas "a", b e "c" do item 17.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "d" e e do mesmo item 17.2 deste Instrumento.

17.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

17.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.9. Na aplicação da sanção prevista nas alíneas d e e do item 17.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.10. A aplicação das sanções previstas no item 17.2 deste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.11. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b e c do item 17.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do art. 158 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 2.10 IPSM-OPO-RO

Função Programática: 09.272.0001.2.076

Fichas: 390

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Este termo de referência tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de licitações e contratos);

19.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citadas no item 19.1 e demais normas aplicáveis.

19.3. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3461-3233, ou na sede do IPSM, situada na Avenida Gonçalves Dias, nº 4170, Bairro União, Ouro Preto do Oeste/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h30min às 13h30min, ou através do e-mail: ipsmoporo@hotmail.com

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Ouro Preto do Oeste/RO, 06 de Novembro de 2024.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância à Lei Federal 14.133/21, APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a realização do procedimento licitatório.